



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Bruno Henrique Beilfuss – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável;

5 Flavio Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado de Planejamento;

6 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa
7 Catarina;

8 Cristine Durante de Souza Silveira – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde;
9 Catarina;

10 Luiz Carlos Rihl Azambuja – representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda;

11 Ana Maria Mello Peixoto – representante titular das Centrais Elétricas de Santa Catarina
12 S.A. – CELESC;

13 Vanessa dos Santos – representante suplente da CASAN;

14 Major Marledo Egídio Costa - representante Titular do Batalhão da Polícia Militar
15 Ambiental;

16 Ricardo Martins - representante titular da Federação Catarinense de Municípios;

17 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias de Santa Catarina;

18 Rogério Bardini – representante titular da Associação dos Irrigantes de Santa Catarina –
19 ACID;

20 Sérgio Marini – representante suplente da Associação dos Irrigantes de Santa Catarina –
21 ACID;

22 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense de Engenharia;

23 Ciro Loureiro Rocha - representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
24 e Ambiental;

25 Nadia Bonumá – representante titular da Associação Brasileira de Recursos Hídricos –
26 ABRH;

27 Guilherme Miranda – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos
28 – ABRH;

29 Héctor Muñoz – representante suplente da Associação Catarinense das Fundações
30 Educacionais.

31

32 OUTROS REPRESENTANTES

33 Camila de Andrade Christofoli – Secretária Executiva do CERH;

34 Ronildo Zanatta – ACID

35 Ana Cristina Pereira do Prado – SES

36 Marcelo Pedroso Curtarelli – CERTI

37 Vinícius Raghianti – CERTI

38 Rubia Girardi – FURB

39 Christian Linck da Luz _ CBH Mampituba

40 Maiana Luiz Noronha - SDS

41

42

43 INÍCIO: 14h TÉRMINO: 17h

44

45 Às quatorze horas do décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e dezessete, na sala



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

46 3 (três) do Hotel Sibara, na cidade de Balneário Camboriú, reuniram-se os acima
47 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

48

49 Abertura:

- 50 • Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do CERH;

51

52 Deliberações sobre:

53

- 54 • Revisão da Resolução CERH nº 16, de 20 de Dezembro de 2016, que Estabelece
55 diretrizes gerais para a instituição, organização e funcionamento dos Comitês de
56 Bacia Hidrográfica integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
57 Hídricos.

58

59 Apresentações sobre:

60

- 61 • Apresentação pela equipe técnica da Fundação CERTI da etapa do prognóstico das
62 demandas hídricas - Recomendações para o enquadramento dos corpos d'água de
63 Santa Catarina, conforme discussão e encaminhamento das Câmaras Técnicas de
64 Acompanhamento do Plano e de Enquadramento;
- 65 • Apresentação do Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio
66 Itajaí
- 67 • Extração indiscriminada de seixos rolados nos rios da região do extremo sul
68 catarinense, a pedido da Cooperativa Turvense de Irrigação e do Comitê da Bacia do
69 Rio Araranguá.

70

71 Informações gerais.

72 Após a verificação do quórum, a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos
73 Hídricos (CERH), Camila Christofoli, abriu a 46ª Reunião Ordinária do CERH, iniciando
74 pela “Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos
75 Hídricos”, sendo questionado se algum conselheiro teria alguma consideração sobre o texto,
76 não havendo considerações, foi aprovada a ata. O conselheiro Bruno deu início a ordem do
77 dia, lendo os itens da pauta, e quando questionado se alguém haveria mais algum item a
78 acrescentar, foi solicitada pelo conselheiro Rogério para que a reunião fosse iniciada pelo
79 item “**Extração indiscriminada de seixos rolados nos rios da região do extremo sul
80 catarinense**”, não havendo manifestações contrárias, o conselheiro Rogério leu a Moção de
81 Preocupação e Indignação com a extração indiscriminada dos seixos rolados nos rios do
82 extremo sul catarinense. Passada novamente a palavra ao Bruno, ele ressaltou que esta
83 problemática também foi levada ao CONSEMA e o tema já foi discutido com o Ministério
84 Público Federal, FATMA, DNPM, Polícia Militar Ambiental, SDS e Ministério Público
85 Estadual, foram identificados os focos do problema, como alguns indicativos de que não
86 estavam sendo cumpridos os limites indicados nas autorizações do DNPM e da FATMA,
87 que não haveria um controle efetivo dos volumes autorizados e explorados efetivamente,
88 que havia uma terceirização dos serviços, uma sub-contratação, e era isso que estaria
89 causando impacto sobre os volumes e um descumprimento das condicionantes da licença
90 ambiental. Entendeu-se naquela ocasião em trabalhar uma fiscalização conjunta do DNPM
91 e da Polícia Ambiental, e que deveria haver uma reavaliação por parte da FATMA. À SDS



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

92 coube, naquele momento, avançar nas outorgas de irrigação que teriam gerado conflito.
93 Passada a palavra ao Marini, presidente do Comitê Araranguá, comentou que já havia
94 recebido a resposta do Ministério Público da reunião que o Bruno havia comentado,
95 salientou que o comitê já havia mediado a solução de 3 (três) conflitos e haviam mais 5
96 (cinco) para serem resolvidos, havendo uma sobrecarga ao comitê, que presencia conflito
97 na região sul do Estado, além da mineração, a extração de seixos, onde percebe-se que os
98 órgãos que fiscalizam e que dão as licenças estão seguindo a legislação, mas mesmo assim,
99 essa extração está causando estragos ao leito do rio devido a falta de fiscalização
100 permanente. O que mais preocupa, é que os prefeitos solicitam a ajuda do Comitê para
101 mediar os conflitos, e o comitê está sem recursos, portanto, solicita ajuda ao CERH e que
102 haja alguma alteração na legislação para encontrar o caminho. Passada novamente a palavra
103 ao conselheiro Rogério, ele ressaltou que na reunião do CONSEMA, talvez o
104 questionamento havia sido mal interpretado, não houve intenção de incriminar nenhum
105 órgão, somente de ressaltar que existe uma desarmonia, e que os agricultores reclamam
106 porque nos lugares onde uma mineradora fica por muito tempo está baixando o leito do rio
107 e a captação fica prejudicada, existindo lugares onde os rios já estão secos. Passada a
108 palavra novamente ao Bruno, para concluir, ele ressaltou que caberia a este conselho
109 reforçar a visão de integração entre os órgãos que fazem as autorizações e participam do
110 processo, FATMA, DNPM, Polícia Militar Ambiental, SDS e reforçou que o papel do
111 comitê é exatamente este, de mediar os conflitos, e que no estado de Santa Catarina o
112 comitê da Bacia do Rio Araranguá está adiantado em relação aos demais, que já entendeu a
113 importância do seu papel na bacia, seja articulação e mobilização, mas principalmente, que
114 estão se consolidando como o órgão central de discussão das questões de água e meio
115 ambiente na região, tendo o respeito dos órgãos como o Ministério Público e dos órgãos
116 estaduais, sendo o primeiro a ser invocado no caso do conflito, e a solução deve ser
117 efetivamente se trabalhar de forma conjunta uma avaliação de impactos, não apenas de cada
118 empreendimento, mas sistematicamente em toda a bacia para então ter diretrizes mais claras
119 dos limites desta atividade. Então, deu prosseguimento à pauta com o item **“Revisão da**
120 **Resolução CERH nº 16, de 20 de Dezembro de 2016, que Estabelece diretrizes gerais**
121 **para a instituição, organização e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica,**
122 **integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos”**, quando
123 então foi apresentado pelo Cezar, da Diretoria de Recursos Hídricos, os motivos referentes
124 a revisão realizada, que fez-se necessária em face da padronização de conceitos e
125 organização havendo um rearranjo dos artigos, não havendo alterações de conteúdo,
126 ressaltando que as alterações passaram pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e
127 Legais, além de contribuições da consultora contratada e dos técnicos da diretoria de
128 Recursos Hídricos. Passada a palavra a conselheira Vanessa da CASAN, foi questionado
129 quanto às alterações artigo 29, sendo respondido pelo Cezar que para ficar mais claro,
130 transparente e incisivo, foi alterado por sugestão da CTIL, que devido as diferenças entre os
131 comitês esta questão deveria ser tratada em cada regimento interno. Passada então a palavra
132 ao conselheiro Héctor, foi sugerido que no “Considerado” fosse incluído que o termo “e
133 suas alterações” após citar a Lei 9.022, de 06 de maio de 1993, o que foi acatado pelos
134 demais conselheiros. Passada novamente a palavra então ao conselheiro Bruno, foi
135 questionado se alguém teria alguma consideração, passando então a votação, foi aprovada a
136 Resolução. Questionada então se foi aprovada uma nova Resolução ou somente as
137 alterações, foi explicado pelo Bruno que foi decidido publicar uma nova Resolução por uma



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

138 questão de técnica legislativa, pois teve várias alterações de estrutura, revogando-se a
139 anterior. Passado ao item seguinte da pauta, **“Apresentação pela equipe técnica da**
140 **Fundação CERTI da etapa do prognóstico das demandas hídricas - Recomendações**
141 **para o enquadramento dos corpos d'água de Santa Catarina, conforme discussão e**
142 **encaminhamento das Câmaras Técnicas de Acompanhamento do Plano e de**
143 **Enquadramento”** que foi apresentado pelos engenheiros Vinícius, Marcelo e Vitor da
144 Fundação CERTI, que ficaram a disposição para perguntas. Passada a palavra, a conselheira
145 Nadia, representante da ABRH, ela pediu para que o professor Adilson, que também é da
146 ABRH, fizesse o questionamento, ele então perguntou o direcionamento do plano, quais as
147 diretrizes a serem tomadas, sendo respondido pelo Vinícius que os produtos são
148 apresentados de forma segmentada, podendo dar a impressão de que as coisas estão
149 desconectadas, mas que já foi vencida a fase de diagnóstico, de caracterização, foram feitos
150 prognósticos, foram traçados os cenários e que este item do enquadramento não tem a
151 pretensão de trazer nenhuma novidade, mas sim ser um manual para orientar principalmente
152 os comitês e as equipes que estão elaborando os próximos planos. O que foi questionado
153 será contemplado no plano de ações, quando forem versados os programas de melhoria de
154 qualidade de água, com metas progressivas, para que as bacias façam seus enquadramentos.
155 Para tentar esclarecer, o conselheiro Bruno salientou que não cabe ao Plano Estadual fazer o
156 enquadramento, mas sim, aos planos de bacias e dos comitês. Ressaltou que os entraves ao
157 enquadramento são mais de aspecto institucional e de capacidade de avaliação deste
158 instrumento, incorporando isso ao Plano nas ações de estruturação e planejamento e
159 efetivação dos instrumentos, dentro da gestão de recursos hídricos no Estado, que este
160 assunto quase não foi discutido, faltando informações do cenário atual referente a qualidade
161 da água, o que ficou verificado também pelos estudos do Plano Estadual. Questionado
162 então, pelo conselheiro Alexandre se já existe uma previsão de indicativos e parâmetros de
163 interesse para cada uso, para que guiem a implantação e os processos de diagnóstico, assim
164 como os programas monitoramento das bacias e dos cursos d'água, definindo parâmetros e
165 vazão de referência para cada região, tornando possível a aplicabilidade prática do plano
166 estadual, principalmente quanto a qualidade. Passada a palavra ao Vinícius, da Fundação
167 CERTI, ele respondeu que o objetivo do plano é desenvolver a macro estratégia de
168 compatibilização das ofertas com os usos, é possível definir alguma estratégia
169 regionalizada, e indicar sugestões de metas específicas. Apenas com a construção dos
170 planos de ações é que se verificarão as necessidades, pois o Plano, apesar de estar na reta
171 final, ainda está em aberto, ficando livre a contribuição de todos os conselheiros. Passada a
172 palavra novamente ao Bruno, ele respondeu ainda, que se o plano vai entrar neste nível de
173 detalhamento, definindo algum parâmetro ou vazão de referência a ser observada, ele
174 entende que no máximo o plano pode indicar através dos resultados, possíveis
175 incompatibilidades do que existe legalmente, como vazão de referência estadual Q98, e
176 uma simulação de que isso atende em determinada região hidrográfica as demandas ou não.
177 Seria mais importante a necessidade de rever o parâmetro do que fazer análise de qual o
178 parâmetro mais adequado, usando a vazão de referência como exemplo, porque assim
179 muitas vezes o parâmetro acaba inviabilizando a regularização das atividades que já
180 acontecem. O conselheiro Alexandre questionou ainda que com a utilização dos parâmetros
181 de qualidade, os problemas vão aumentar. Bruno ressaltou, então, que se deve, buscar os
182 indicadores, a avaliação econômica dos impactos do enquadramento, buscando-se formas
183 de se efetivar o enquadramento, ressaltou que o Plano Estadual deve abortar mais a questão



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

184 institucional do Estado, de como dar suporte as ações do que as ações, havendo um desafio
185 de como implementar a gestão de recursos hídricos no Estado, este primeiro plano servirá
186 mais como um fortalecimento desta discussão no Estado do que efetivamente como um
187 plano de ações e metas, não tanto de infraestrutura hídrica, de grandes obras, mas sim um
188 fortalecimento dos instrumentos de gestão do conhecimento dos órgãos relacionados com
189 recursos hídricos, como SDS, Secretaria da Defesa Civil, Secretaria de Infraestrutura e
190 Secretaria da Agricultura, no papel de orientar a política, definindo metas de integração
191 político-institucional. A ação seria muito limitada individualmente, a política setorial de
192 recursos hídricos não vai alcançar todos os resultados que almeja, porque as outras políticas
193 como gestão de solo, território e saneamento devem estar ligadas com os mesmos objetivos
194 para que possa ter algum resultado nesse horizonte de 3 (três) anos. Questionado ainda
195 sobre o enquadramento pelo conselheiro Ricardo da FECAM, que está preocupado com os
196 impactos nos comitês, Bruno respondeu que o enquadramento esta fora do escopo, cabendo
197 uma análise específica para cada bacia, mas haveria um espaço para se tratar de uma meta
198 de qualidade a ser alcançada num horizonte de tempo, e isto estaria ligado ao
199 enquadramento, podendo ser feita com base no diagnóstico das cargas atualmente lançadas,
200 incorporando isto como uma meta no âmbito geral do plano, talvez por região hidrográfica,
201 ficando uma estimativa de quilômetros de rios a terem a sua qualidade melhorada,
202 diminuição da sua carga total, ficando assim um indicador da melhoria da qualidade da
203 água, comparando com o cenário que se tem hoje e que ficou definido com o diagnóstico.
204 Bruno ressaltou a importância de trazer estas questões a plenária, pois assuntos como este
205 acabaram não sendo tratados na Câmara Técnica, e como o Plano deverá ser aprovado
206 também pelo plenário é importante esta ciência. Não havendo mais perguntas, e em se
207 tratando de enquadramento, passou-se então ao próximo item da pauta “**Apresentação do**
208 **Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio Itajaí**”, e para
209 introduzir o assunto, Bruno ressaltou que esta assunto se fez necessário após a discussão há
210 aproximadamente 1 (um) ano, onde em plenária da reunião do CERH, a proposta de
211 enquadramento dos rios da bacia do Rio Itajaí não foi aprovada, restando dúvida não sobre
212 o mérito do enquadramento em si, mas sobre o impacto, sobre como tornar esta proposta em
213 ações efetiva. Após a solicitação do Comitê e da FURB, foi feita uma nova avaliação do
214 enquadramento proposto a época, com uma base em informações mais adequadas, com
215 análise dos dados de monitoramento que já existem na bacia, mas não havia nenhuma
216 ferramenta que compilasse os dados de qualidade da água que hoje são coletados pelo
217 usuário no âmbito do licenciamento, da outorga ou no âmbito do monitoramento
218 sistemático e que pudesse gerar informações para o enquadramento e qualidade ambiental
219 em todas as bacias, passada então a palavra para professora Rubia da FURB, fez-se então a
220 apresentação do programa que vem sendo desenvolvido, ficando a disposição então para
221 perguntas. Passada a palavra a conselheira Vanessa, ela parabenizou pelo trabalho e
222 questionou sobre os dados de vazão no software, se é possível ver também a carga e não só
223 a concentração do parâmetro, o que foi respondido pelo professor Adilson que sim, na bacia
224 do rio Itajaí o modelo está sendo ajustado ao modelo hidrológico distribuído, e a ideia é
225 fazer a geração de séries históricas, para que possam ser buscada em cada ponto que teve
226 monitoramento ser possível fazer a geração da série histórica e colocar para a data que foi
227 feita a vazão gerada pelo processo de simulação hidrológica. Passada então a palavra ao
228 conselheiro Marledo, ele perguntou se as informações serão buscadas em monitoramentos
229 já existentes e sobre a possibilidade de se buscar pontos isolados por alguma outra fonte, o



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

230 que foi respondido pela professora Rubia que sim, sendo importante mostrar o trabalho num
231 ambiente como CERH, que reúne entidades que já fazem este monitoramento, havendo a
232 comunicação entre sistemas como da FATMA, Vigilância Sanitária Estadual, por isso, está
233 sendo conversado com essas entidades para que seja feita de uma forma simples essa
234 alimentação de informação, e por esta razão a relevância deste sistema que sincroniza com
235 outros e faz com que a informação seja de forma mais automática possível, para facilitar a
236 entrada de dados, mas a ideia é que a alimentação seja de forma constante e contínua e
237 também tenha monitoramentos pontuais como o microbacias, mas que tenham disponíveis
238 também informações históricas. Para complementar, o conselheiro Bruno acrescentou que a
239 ideia inicial é que sejam resgatadas as informações que já são produzidas pelos usuários de
240 água. Afirmou ainda que o Estado aderiu, mais ainda vai negociar as formas de implantação
241 com a Agência Nacional de Águas, ao programa QualiÁguas, para ter um monitoramento
242 sistemático dos rios catarinenses, ou seja, o estabelecimento sistemático de uma rede de
243 monitoramento de qualidade, sendo essa uma grande dívida que se tem em termos de
244 informação e de conhecimento, esperando iniciar os trabalhos já no ano que vem, e que
245 estes pontos também fariam parte deste sistema para que seja um banco de dados único e
246 para se ter pontos de controle. Questionado novamente pelo conselheiro Marledo, ele
247 perguntou se o dado seria do momento ou uma série histórica, sendo respondido pelo
248 professor Adilson que ambos. Passada então a palavra ao conselheiro Ciro, ele também
249 parabenizou o trabalho e questionou sobre as informações de terceiros, pois elas não seriam
250 coletadas pelo administrador do sistema, como será feita a certificação desta informação,
251 como saber se ela é confiável ou não, o que foi respondido pelo professor Adilson que essa
252 é uma grande preocupação e que será definida uma estratégia de consistência de dados, Ciro
253 perguntou também sobre volumes disponíveis para outorga de lançamento na bacia, o que
254 foi respondido que, neste momento não está previsto, mas que o sistema deve evoluir neste
255 sentido, Ciro perguntou qual são os parâmetros utilizados, sendo respondido pela Rubia que
256 estarão todos os parâmetros no software e qual será utilizado somente o futuro irá dizer. O
257 conselheiro Bruno complementou que é importante que o que está no licenciamento de cada
258 empreendedor seja contemplado no sistema, então neste momento, esta questão de
259 parâmetros e de frequência está flexível, estando aberto para qualquer possibilidade. Em um
260 segundo momento, talvez, caberia uma regulação para que houvesse uma padronização de
261 parâmetros versus atividade versus vazão de lançamento, para que não crie situações de ser
262 muito exigente com um usuário e pouco exigente com outro, hoje esta decisão cabe ao
263 técnico, que faz a análise por parte do órgão ambiental, talvez essa seja uma matéria que o
264 CERH e CONSEMA deveriam trabalhar em conjunto, para dar uniformidade e fortalecer o
265 sistema, além de padronizar a informação. Passada a palavra a conselheira Cristine, da
266 Vigilância Sanitária, ela disse que hoje quem alimenta o banco de dados deles são os
267 municípios e hoje acontece algumas interpretações erradas de laudos, além de erros de
268 digitação, devendo ter cuidado na análise dos resultados. Foi respondido então pela
269 professora Rubia que o ideal seria que o laudo fosse alimentado pelo próprio laboratório, ou
270 que o laudo já fosse gerado em xml e não em pdf para alimentar de forma automática o
271 sistema, não precisando de um operador. Questionada novamente pela conselheira Cristine,
272 ela ressaltou que a obrigatoriedade de alimentar o sistema deve estar prevista em lei,
273 devendo posteriormente ser regulado pelo CERH esta questão, pois hoje a questão do
274 monitoramento e do fornecimento de relatório está previsto em Portaria do Ministério da
275 Saúde e existe dificuldade em conseguir estes dados, devendo existir esta preocupação para



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

276 que futuramente o sistema tenha sucesso. O que foi respondido pela professora Rubia que o
277 sistema de monitoramento da Vigilância um caso específico, pois, quanto na FATMA já
278 existe a obrigatoriedade, já existe a periodicidade, existindo uma dificuldade de gestão
279 desta periodicidade, e os alertas viriam para avisar quando os prazos tivessem expirando.
280 Que poderiam conversar um pouco mais com a Vigilância e verificar as necessidades e que
281 certamente existe a necessidade de regulamentação. Passada então a palavra ao conselheiro
282 Guilherme, ele ressaltou que se trata de um sistema dentro do sistema de informações de
283 qualidade e não um sistema a parte. Que deve existir uma verificação periódica se o sistema
284 esta funcionando de forma correta, para somente depois gerar um alerta, sem que existam
285 falhas no sistema. O conselheiro Guilherme questionou sobre as barragens, que alteram a
286 vazão dos rios o caso de abertura e fechamento de comportas, sem o conhecimento do
287 órgão gestor de recursos hídricos, o que acarretaria falsos positivos. O professor Adilson
288 respondeu então, que, as informações de estações fluviométricas serão computadas, mas em
289 pequenas bacias que não tenham esta estação, que permita fazer transferência de vazão, as
290 séries sintéticas de simulação virão para estes dois pontos, quando tiver uma operação de
291 barragem, que hoje pela Resolução 03/2010, da ANA ,exige monitoramento de montante e
292 de jusante, essa informação será preservada. O sintético é somente para as situações que
293 não se pode fazer transferência, principalmente de proporcionalidade de área. Com a
294 palavra novamente o conselheiro Bruno, ele ressaltou que considerando as sugestões de
295 todos os conselheiros, se terá muito trabalho em termos de evolução do sistema e que o
296 desafio é coloca-lo em operação, fazer esse resgate de informações e testá-lo na bacia do
297 Rio Itajaí para ver como irá se comportar, ainda pode ser que se esteja longe das
298 informações reais, horárias ou diárias, mas talvez nos relatórios anuais e semestrais das
299 bacias, as informações tenham confiabilidade, e fazer com que efetivamente uma obrigação
300 que o usuário já possui, seja hoje usada em prol da gestão de recursos hídricos e da gestão
301 ambiental. Hoje o usuário, seja ele um outorgado da SDS ou um licenciado, faz a análise de
302 qualidade certificada por um laboratório credenciado, e anexa a um processo. Isso fica
303 guardado dentro de uma prateleira de um processo qualquer, não servindo para mais nada
304 além do cumprimento de uma obrigação legal, e desta forma poderíamos regular melhor e
305 facilitar o trabalho por parte do órgão ambiental ou do órgão outorgante e ainda gerar
306 informações de cunho geral do Estado, Bruno ainda agradeceu as sugestões dos
307 conselheiros e passou a palavra ao conselheiro Guilherme, que mostrou a situação da
308 disponibilidade hídrica do estado, que possui atualmente mais de 28 (vinte e oito) pontos
309 entre atenção, alerta e emergência, existindo uma estiagem desde o dia 31 de agosto,
310 estando há mais de 20 (vinte) dias sem chuva regular que permita um regime hídrico dentro
311 da normalidade. Existem hoje mais 196 (cento e noventa e seis) estações a serem
312 implementadas no sistema, totalizando 250 (duzentos e cinquenta) estações que são do
313 sistema da resolução conjunta ANA e ANEEL, em relação a monitoramento, mas para isto
314 precisaria de um computador melhor e um servidor melhor. Passada a palavra para a
315 conselheira Nadia, ela agradeceu em nome da ABRH, o apoio e o empenho da SDS para a
316 realização do Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e convidou todos os conselheiros
317 para participar do evento. Passada então a palavra para o conselheiro Ricardo, da FECAM,
318 sobre a outorga de águas subterrâneas em razão da demanda da ARIS, em que a Companhia
319 Águas de Joinville, que teve uma quebra de receita por força de algumas indústrias que
320 estão pegando outorgas de águas subterrâneas, mas estão lançando esgoto. Como
321 município, também se preocupa muito com a questão dos SAMAEs, como por exemplo no



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

322 município de Jaraguá do Sul, que tem aproximadamente 12% a 15% de sua receita de 3
323 (três) grandes contratos com empresas, e se estas empresas saírem do sistema as tarifas
324 ficariam mais caras. Sugeriu uma atuação em conjunto das Agências de Regulação e
325 Saneamento com a SDS. Bruno então, respondeu que esta discussão no conselho é muito
326 importante, sendo este um dos questionamentos mais frequentes da Diretoria de Recursos
327 Hídricos de um possível conflito do que está regrado pela Política Nacional de Saneamento,
328 que indica que não poderá existir abastecimento alternativo onde já exista rede de
329 abastecimento público instalado. Portanto hoje a outorga é dada pela SDS somente à
330 indústria, porque segundo nosso entendimento, para consumo humano não existe conflito
331 porque não é concedida a outorga em áreas que há rede de abastecimento público, por
332 entender que a política de saneamento visa a garantir a qualidade e a segurança da água. Há
333 uma lacuna muito grande e não existe nenhuma regra que diga alguma coisa relacionada a
334 indústria, até porque atualmente com base no cadastro dos usuários de água, foram feitas
335 algumas simulações no processo industrial em algumas cidades, a demanda é duas vezes
336 superior a capacidade dos sistemas públicos de abastecimento, não fazendo sentido não
337 outorgar as indústrias por já existir rede de abastecimento. Ou seja, na prática hoje para
338 indústria se está outorgando. Está se trabalhando uma Nota Técnica interna, com ajuda da
339 consultoria jurídica, para ver se o nosso entendimento está correto, entende-se o conflito
340 com o lançamento do efluente, mas se tiver caracterizado que o fim é estritamente industrial
341 e para o processo industrial, este é o entendimento, seguindo o que já era considerado pela
342 FATMA. Já existiu 3 (três) mandados de segurança de hotéis e condomínios que tiveram a
343 sua outorga negada e que não prosperaram. O conselheiro Ciro ressaltou que existe um
344 problema tarifário, pois, a tarifa de esgoto é atrelada ao consumo de água. O conselheiro
345 Bruno ressaltou que se deve partir para articulação entre os órgãos gestores para um
346 monitoramento destas captações para que no mínimo os lançamentos de esgoto sejam
347 tarifados, não cabendo discutir se é mais vantajoso para indústria captar água do rio ou
348 captar água da concessionária, nós não entraríamos neste mérito, apenas entendeu-se que
349 não há restrição para que faça captação da outorga diretamente do curso superficial ou
350 subterrâneo, apenas se há uma vedação a isso em razão da concessão. A conselheira
351 Cristine chamou atenção para o porte e o tipo da empresa, por exemplo, a indústria de
352 alimentos irá utilizar a água no processamento e se ela usar fonte alternativa ela deverá
353 fazer um tratamento, devendo haver este cuidado no momento da outorga e fazer esta
354 definição de parâmetros do tamanho da indústria, no volume de vazão e na atividade, senão
355 daqui a algum tempo as pequenas empresas também vão pedir porque desoneraria um
356 pouco. Passada novamente a palavra ao conselheiro Bruno, ele ressaltou que por enquanto
357 nosso entendimento vem sendo respaldado pelas ações judiciais, já se fez uma discussão
358 com outros estados sobre este assunto e outros estados não vem observando este tipo de
359 dispositivo. A conselheira Cristine lembrou que segundo a Política Nacional ela permite
360 outras fontes desde que regulamentado pelo órgão ambiental, pelo conselho ou pela agência
361 reguladora e esta regulamentação não existe hoje no Estado, nas fiscalizações feitas pela
362 Vigilância Sanitária, das atividades inerentes a ela, cobra-se apenas que a água esteja dentro
363 do padrão de potabilidade e dependendo do estabelecimento, cobra-se que se esteja ligado
364 na rede. Bruno ressaltou que hoje a SDS recebe das agências reguladoras a notícia de que
365 determinado usuário não tem outorga, emitindo prazos, este rito ficou estabelecido com a
366 FATMA. Este rito é importante e deu um ganho muito significativo, fortaleceu ainda mais a
367 gestão de recursos hídricos. Hoje se a outorga é localizada em região em que haja dúvida é



**ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CERH – 19/09/2017**

368 solicitada uma manifestação formal da CASAN, indicando se há ou não rede naquela
369 localidade. Para finalizar, o conselheiro Bruno questionou se haveriam mais perguntas para
370 que então fosse encerrado este assunto da pauta. Não havendo mais questionamentos. Por
371 fim, Bruno Henrique Beilfuss perguntou se teria mais algum ponto a ser discutido, não
372 sendo levantado mais nenhum assunto, agradeceu pela presença e o esforço em se deslocar
373 de Florianópolis e participação ativa de todos, entendendo a importância de incorporar na
374 nossa pauta a questão da educação ambiental em que os comitês trabalham muito a
375 conscientização e mobilização ambiental e da mobilização para preservação da água,
376 agradeceu também a presença de muitos comitês que acompanharam a reunião e deu por
377 finalizada a reunião.

378

379

380

Florianópolis, 20 de Setembro de 2017.

381

382

383

384

Camila de Andrade Christofoli

385

Secretária Executiva do CERH

386

387

388

389